

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 121 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado José Carlos Freitas que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Memorando do Deputado Riva, comunicando que amanhã, dia 30/09/99, estarão em missão oficial, no interior do Estado, participando da entrega de equipamentos, pelo Governador do Estado, a prefeituras municipais, os Deputados Riva e Humberto Bosaipo; Ofícios nº 678/99, do Presidente do INTERMAT encaminhando processos de regularização fundiária em nome de *Carmen Darques Bonini, Edibaldo Klein, Elmar Ernesto Klein, Hélvio Pinheiro de Paula e Maria José Vilela Ferreira*; Ofício nº 1.944, do Chefe de Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, acusando recebimento de Indicação do Deputado Amador Tut; Ofício do Presidente da UNALE, convidando os Deputados a participarem do encontro e da audiência pública para tratar de interesse da Instituição; e Ofícios nº 1.148, 1.150, 1.151 e 1.155/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, Sr. 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo, demais colegas Deputados:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Trago aqui uma denúncia que fiz ontem em Plenário e, agora, conforme o pedido do Sr. Presidente, faço por escrito. Espero que, dada essa denúncia do Pronto-Socorro do Hospital Modelo de Cuiabá, a Comissão seja formada, Sr. Presidente, e que realmente sejam encaminhadas as devidas providências.

Exm^o Sr. Deputado Hermínio J. Barreto, DD. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Seguridade Social.

Sr. Presidente:

No último dia 27 de setembro de 1999, às 23:00 horas, dirigiram-se ao Pronto-Socorro Modelo, sito na Rua Comandante Costa, a Sr^a Perlina de Souza Solano, 65 anos, vítima de parada cardiorrespiratória, acompanhada do Sr. Luís Henrique Modesto e da Sr^a Maria Amélia Modesto.

A Sr^a Perlina foi levada às pressas até o Pronto-Socorro Modelo, localizado no Centro, local mais próximo de sua residência, por estar passando muito mal e necessitar de cuidados com a máxima urgência. Ocorre que, chegando ao local de emergência/urgência, a porta encontrava-se fechada. Chamaram, gritaram e, no maior desespero, sua irmã, que a acompanhava, bateu várias vezes na porta, que é de vidro, esperando que alguém a ouvisse e acordasse para prestar socorro à vítima, mas o único resultado foram cortes no braço e na mão, ficando toda machucada.

Após minutos e mais minutos de desespero, os acompanhantes presenciaram a vítima piorar a cada segundo, até que começaram os primeiros atendimentos, mas os médicos tinham dificuldades, pois a equipe de enfermeiros não se entrosava, parecia “dormir em pé” ou “leigos na profissão”, até que o Sr. Luiz Henrique Modesto, estudante de Enfermagem, passou a ajudar o médico, tentando recuperar cada minuto de atraso no atendimento.

Precisava ser feito, com urgência, um eletrocardiograma, mas a sala onde é feito o referido exame estava fechada e o médico não pôde realizá-lo. Posteriormente, encaminhou a vítima para a UTI, onde, embora seja uma Unidade “estéril”, todos estavam com qualquer traje, sem cuidado algum em preservar o local da contaminação, resguardando o atendimento intensivo.

Após incessante peregrinação para conseguir um atendimento de urgência, a vítima lutou com toda a sorte para permanecer com vida até lhe prestarem socorro - que não seria gratuito, seria pago pela UNIMED -, mas, infelizmente, seu organismo não resistiu ao descaso no atendimento improficuo, vindo a falecer.

Fatos como esse jamais poderemos aceitar, em prontos-socorros ou em hospitais, pois, possuindo atendimento de emergência/urgência, jamais poderão ser omissos ou morosos em socorrer vítimas que requeiram socorro de imediato.

Pelo exposto, solicitamos providências para que fatos como esse não se repitam, pois a saúde é direito de todos e dever do Estado. Devemos fiscalizar de que forma estão sendo prestados esses atendimentos, porque omissões causam mortes e o povo não pode pagar pela impunidade de alguns maus profissionais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB.

E, ainda, Sr. Presidente, para apresentar duas Indicações:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade em destinar recursos financeiros para construção de novas salas de aula na EEPSP Professora Porfíria Paula de Campos, localizada no Bairro Jardim Santa Izabel, Município de Várzea Grande.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade em destinar recursos financeiros para construção de novas salas de aula na EEPSP Professora Porfíria Paula de Campos, localizado no Bairro Jardim Santa Izabel, Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

A Educação é um dos direitos da cidadania, fixando-se entre os direitos políticos e sociais. Na situação de direito político inerente à cidadania, a Educação faculta aos indivíduos a participação no exercício do poder político, como eleitores, ao melhor qualificar o voto, ou como membro do Estado. Na situação de direito social inerente à cidadania, a Educação significa bom caminho para dar a mínima segurança e algum conforto aos indivíduos, oferecendo-lhes a cultura da vida civilizada.

Assim, podemos concluir que a Educação é mais do que um dos direitos do cidadão, é, antes de tudo, pré-condição para o exercício da cidadania. Sem ela, torna-se difícil concretizar os direitos civis, políticos e sociais, porque se tornam difíceis, por exemplo, a leitura e a compreensão deles.

Mato Grosso conta hoje com 2.331.663 habitantes, desses apenas 637.712 freqüentam escolas, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O problema agrava-se ainda mais ao constatar-se que a rede física está em péssimo estado de conservação. Prédios velhos com problemas no sistema hidráulico e elétrico, muitas sem muro, pobres em equipamentos didáticos, pedagógicos e até mesmo material de reposição.

Na tentativa de melhorar e ampliar as condições de ensino em nosso Estado, apresentamos a presente Indicação no sentido de alocar recursos financeiros para que sejam construídas novas salas de aula na EEPSP Professora Porfíria Paula de Campos, localizado no Bairro Jardim Santa Izabel, Município de Várzea Grande, ampliando as condições de atendimento às crianças e adolescentes que ali estudam e também aumentando o número de vagas para o ano letivo vindouro, pois a carência de espaço ocasiona crianças e adolescentes fora da escola.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio da Srª Diretora Professora Miguelina.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

2ª) Indica ao Sr. Diretor Institucional da TELEMAT, José Sampaio de Medeiros, a necessidade de instalação de Telefone Público Comunitário, “orelhão”, no Bairro Ouro Branco, Município de Várzea Grande.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor Institucional da TELEMAT, José Sampaio de Medeiros, mostrando a urgente necessidade de instalação de Telefones Público Comunitário, “orelhão”, no Bairro Ouro Branco, Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Sistema de Telefonia representa um grande avanço, pois transmite a palavra falada à distância, evitando deslocamento dos usuários de uma localidade a outra.

Ocorre que em inúmeros bairros da Capital, bem como de outros municípios, ainda não foram beneficiados com esse meio de comunicação, prejudicando vultosamente os moradores locais.

No Bairro Ouro Branco, Município de Várzea Grande, residem atualmente mais de 450 (quatrocentas e cinquenta) famílias, que sofrem com a falta de escolas, postos de saúde, iluminação e, principalmente, a segurança, pois todas as noites são registrados casos de homicídios, assaltos, estupros e outros delitos, aterrorizando os moradores que temem tanto a saída quanto a chegada em suas residências. Esse bairro está desprovido de orelhão, dificultando ainda mais a solicitação de socorro em caso necessário.

Objetivando solucionar esse grave problema é que propomos a presente Indicação, para que sejam instalados, com a máxima urgência, orelhões nesse local, assegurando condições de comunicação entre os moradores.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio da Srª Presidente de Bairro, Clemência Roman da Silva.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Há necessidade de instalação de orelhão, porque aquelas famílias que estão ali, aproximadamente quatrocentas e cinquenta famílias, estão correndo risco e perigo naquela localidade, sem nenhum meio de comunicação e nem mesmo de recurso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Riva:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT a necessidade de encampação do sistema de rede de distribuição de água, com construção de poço artesiano, no futuro Município de Bom Jesus do Araguaia.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, mostrando a necessidade de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

encampação do sistema de rede e distribuição de água com construção de poço artesiano no futuro Município de Bom Jesus do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Já se encontra em fase final o processo para a emancipação do Distrito de Bom Jesus do Araguaia, desmembrando-o dos Municípios de Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira.

A exemplo de outros municípios novos, Bom Jesus do Araguaia carece de obras infra-estruturais e, dentre essas, a de rede e distribuição de água tratada.

Entendendo ser direito dos cidadãos brasileiros usufruir em suas residências, escolas, comércio, etc., de uma eficiente rede de distribuição de água, é que contamos com uma ação do Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, visando a atender o presente pleito com a urgência possível.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado RIVA - PSDB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de instalação de um telefone público na Avenida Serra Nova, no Município de Alto Boa Vista.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, demonstrando a necessidade de instalação de um telefone público na Avenida Serra Nova, no Município de Alto Boa Vista.

JUSTIFICATIVA

Os cidadãos residentes nas proximidades da Avenida Serra Nova, em Alto Boa Vista, levaram às lideranças locais o pedido para a instalação de um telefone público tipo ‘orelhão’, uma vez que são obrigados a percorrer várias quadras ao necessitarem realizar uma simples ligação.

O local ideal para ser instalado o aparelho seria em frente ao Bar do Sr. Raimundo Ayres Gomes, tendo em vista estar situado em lugar de grande movimento, podendo dele usufruir grande número de pessoas.

Entendendo ser oportuna a reivindicação dos moradores do aludido município é que contamos com a especial atenção do Sr. Carlos Altino Paiva, Diretor-Presidente da TELEMAT, no sentido de determinar ações que culminem com o atendimento ao pleito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado RIVA - PSDB”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de criação e instalação de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio no recém-emancipado Município de Rondolândia.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de criação e instalação de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio no recém-emancipado Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

Rondolândia está localizada na região Noroeste do Estado, praticamente na divisa do Estado de Rondônia. Recentemente desmembrou-se do Município de Aripuanã e aguarda o próximo ano para eleger seu primeiro Prefeito.

Atualmente, cerca de quatro mil pessoas residem naquela localidade e há um considerável número de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar aguardando a oportunidade de estudar em uma escola pública estadual.

Em razão do exposto é que solicitamos o empenho das autoridades competentes para que promovam urgentes estudos objetivando a criação e instalação de uma unidade escolar na sede do município, garantindo àqueles munícipes o direito à Educação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado RIVA - PSDB”

4ª) PROJETO DE LEI:

Estabelece como atividades culturais os rodeios e as festas de peões realizadas no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidos como atividades culturais os eventos denominados rodeios e festas de peões, realizados no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único As atividades descritas no *caput* serão atendidas pelos dispositivos legais que beneficiam, através de incentivos, de fomento e de ações políticas, o desenvolvimento das demais atividades culturais, devendo receber, portanto, o mesmo tratamento.

Art. 2º Os promotores desses eventos poderão constituir-se em associações, cooperativas ou entidades afins para terem acesso ao benefício descrito no parágrafo único do Artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

As festas de peões e os rodeios tornaram-se, ao longo do tempo, atividades que emocionam e empolgam as pessoas, com uma adesão que em certos momentos supera a paixão nacional, que é o futebol.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Essa conquista não realizou-se eventualmente, mesmo porque já era prática rotineira nas pequenas cidades, nas vilas, nas comunidades rurais e nas fazendas, desde muitas décadas.

A tomada das cidades caminhou ao lado da grande evasão do homem rural ao meio urbano, e ali, aos poucos, mesmo de forma improvisada, foi realizando pequenos eventos que evoluíram, até chegarmos às grandes manifestações que hoje acontecem em todo o Estado de Mato Grosso.

Todo esse processo histórico ocorreu necessariamente com a adesão popular, pois sempre esteve intrinsecamente ligado ao passado, à história e à vida das pessoas.

É honroso agora reconhecermos como atividade cultural em nosso Estado, para que tenha o mesmo tratamento e a mesma atenção dos órgãos públicos, recebendo os benefícios e os incentivos dispensados para outras atividades culturais.

Vale ressaltar que a intenção maior desta propositura é entendê-la como de relevante valor social, de interesse público, além de atender o clamor e o comprometimento popular com o rodeio e a festa de peão.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado RIVA - PSDB”

Ainda, sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de doação de uma ambulância para o Município de Alto Araguaia.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade da doação de uma ambulância para o Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, diante da escassez no município e região de profissionais de saúde especializados em Ortopedia, Cardiologia, Urologia, entre outros, é obrigada a transferir muitos pacientes para centros hospitalares maiores, como Rondonópolis, Cuiabá, Mineiros e Goiânia.

Para tanto, o município de quase doze mil habitantes dispõe de uma ambulância usada. Ocorre de enfermos passarem por sérias dificuldades pela necessidade emergencial de transportes, num momento em que a ambulância já se encontra em viagem.

Assim sendo, é imprescindível que Alto Araguaia seja colocado no âmbito das prioridades da Secretaria de Saúde do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente do Grupo REDE/CEMAT a necessidade da eletrificação rural da região das comunidades de Vila Nova de Nazaré do Borecaia e Serrinha, no Município de Água Boa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do Grupo REDE/CEMAT, mostrando a necessidade da eletrificação rural na região das comunidades de Vila Nova de Nazaré do Borecaia e Serrinha, no Município de Água Boa.

JUSTIFICATIVA

O sindicato rural e demais forças vivas da sociedade de Água Boa vêm articulando um movimento em prol da eletrificação rural das regiões compreendidas pelas comunidades de Vila Nova de Nazaré do Borecaia e Serrinha.

Segundo o Presidente da entidade, Sr. Celso José Spenthof, o ramal Água Boa/Vila Nova de Nazaré do Borecaia, com uma rede trifásica de 67 quilômetros, atenderá 303 produtores e 1.300 moradores do local, a um custo aproximado de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Já o ramal Água Boa/Serrinha, em rede trifásica de 80 quilômetros, atenderá 81 produtores e 450 moradores do local, sendo orçado em aproximadamente R\$395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais).

Apesar da chegada da linha em Água Boa, em setembro/98, até hoje os seus inumeráveis benefícios não puderam ser estendidos ao interior.

Sendo assim, a expectativa é imensa quanto à implantação dessas linhas, as quais resultaram, inequivocamente, em um grande desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de ampliação da cota mensal de AIHs do Município de Alto Araguaia.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de ampliação da cota mensal de AIHs do Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia enfrenta um sério quadro na área da saúde pública, por conta da incipiente cota mensal de AIHs - Autorização para Internação Hospitalar para atendimento à população local.

As setenta e quatro AIHs disponíveis não atendem a demanda atual de pacientes, apesar do grande esforço da municipalidade na realização de severa triagem de pacientes.

Somente com a ampliação dessa cota para, pelo menos, cento e vinte AIHs será possível promover um atendimento razoável dentro das reais necessidades da população de Alto Araguaia, que já conta com quase doze mil habitantes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

4ª) **MOÇÃO DE LOUVOR:** “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe ao Radialista Alberto Costa – Rádio Aruanã, sito na Rua Bororos, 45, Centro, Barra do Garças, uma Moção de Louvor vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o reconhecimento público à pessoa do Radialista Alberto Costa, da Rádio Aruanã, de Barra do Garças, em face dos relevantes serviços prestados à população do Vale do Araguaia e por consequência ao nosso Estado.

À frente do programa diário ‘*Show da Alegria*’, o Radialista Alberto Costa, com dez anos de radialismo, presta serviços tão necessários, principalmente àqueles mais humildes e carentes da orientação e informação que o programa exemplarmente oferece.

Recebe o Sr. Alberto Costa esta justa homenagem, como demonstração do carinho e admiração de todos os mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO – PPS”

5ª) **REQUERIMENTO:** “Nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvir o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Comandante-Geral da PM-MT, solicitando as seguintes informações:

a) quais as razões que levaram à dissolução da 3ª Companhia de Polícia Militar do Bairro Cristo Rei/Várzea Grande;

b) relatório de ocorrências policiais no Bairro Cristo Rei, de janeiro de 1993 até a presente data;

c) quais as ações que a PM-MT vem desenvolvendo para reduzir o número de ocorrências policiais, o tráfico de drogas e criminalidade em geral no Bairro Cristo Rei;

d) qual o efetivo de policiais disponível para a realização do policiamento ostensivo e de investigação no Bairro Cristo Rei/Várzea Grande;

e) existe planejamento para a implantação de uma nova companhia da PM-MT no Bairro Cristo Rei, haja vista que a atual Companhia Independente de Operações Especiais-CIOE possui funções e treinamento para ações especiais e não de policiamento ostensivo, como é reivindicação expressa da comunidade local?

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO – PPS”

6ª) **REQUERIMENTO:** “Com fulcro no Art. 548 e seguintes do Regimento Interno, requeiro ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que determine a convocação de audiência pública com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 210/99.

Essa audiência será realizada no dia 06 de outubro, às 15:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo, e contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados: Governador do Estado, Secretário de Estado de Fazenda, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral, Procuradora-Geral do Estado, presidentes de sindicatos, associações, federações, etc.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

A Lei nº 7.137, de 12/07/99, que autoriza a dação em pagamento de débitos fiscais relativos ao ICMS e dá outras providências, provocou uma euforia tanto dos credores como dos devedores do Estado.

Surpreendentemente, o Governo enviou a Mensagem nº 42/99, Projeto de Lei nº 210/99, alterando dispositivos da Lei nº 7.137. As alterações do projeto vêm provocando uma reação bastante negativa de todos os segmentos.

Visando a discutir essas alterações e abrir um canal de negociação com o Governo, vimos propor essa audiência pública.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Ainda, sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Romoaldo Júnior:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica à Secretaria de Segurança Pública a necessidade de se instalar um posto policial no Bairro Alvorada, nesta Capital.

Com fulcro no Art. 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o Plenário soberano, requeiro à Mesa Diretora que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Hilário Mozer Neto, evidenciando a necessidade de se instalar um posto policial no Bairro Alvorada, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

É com tristeza que temos testemunhado o aumento do índice de violência em nosso Estado, mormente em nossa Capital, que figura em quinto lugar entre as capitais brasileiras.

Entre os bairros de Cuiabá, o Alvorada é um dos que se destaca nesta triste estatística. É um bairro populoso e com características socioeconômicas que contribuem para a proliferação da marginalidade. A inexistência de um posto policial faz com que a ação da Segurança seja morosa e tardia e, em decorrência disso, a impunidade estimula ainda mais a violência.

A instalação desse posto policial virá, em boa hora, oferecer à população numerosa que ali habita um aparelhamento que por certo inibirá a ação dos vândalos e malfetores que têm tirado o sossego daquela gente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR – PPS”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao DVOP a necessidade de se proceder ao patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-208 entre Nova Guarita e Carlinda.

Com fulcro no Art. 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o Plenário soberano, requeiro à Mesa Diretora que seja enviado expediente indicatório ao DVOP, evidenciando a necessidade de proceder ao patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-208, entre Nova Guarita e Carlinda

JUSTIFICATIVA

É de indiscutível importância a Rodovia MT-208 pelo que ela representa em termos de escoamento e integração, numa região essencialmente produtora. A influência que Alta Floresta exerce como pólo desenvolvimentista resulta em número expressivo de deslocamentos e é através da MT-208 que eles são processados. Além dos núcleos urbanos que se comunicam, existem as inúmeras propriedades que se situam naquele eixo.

Aproxima-se a temporada chuvosa e é bom que se apresse a recuperação dessa importante estrada para que os benefícios sejam alcançados desde logo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR – PPS”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao DVOP a necessidade de se reconstruir uma ponte na Rodovia MT-206, sobre o Rio Paranaíta.

Com fulcro no Art. 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o Plenário soberano, requeiro à Mesa Diretora que seja enviado um expediente indicatório ao DVOP, mostrando a necessidade da urgente reconstrução da ponte, com extensão de 110 metros, sobre o Rio Paranaíta, na Rodovia MT-206, distante quarenta quilômetros da sede do Município de Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

Paranaíta e região prosseguem em franco desenvolvimento, permitindo a antevisão de uma era de progresso, com a revitalização da economia, oferecendo oportunidade e bem-estar. É o resultado dos esforços e dedicação do laborioso povo que ali reside.

A presença efetiva do Governo do Estado não pode falhar, principalmente nos momentos em que certos obstáculos surgem, desafiando a marcha do progresso.

É o caso agora dessa ponte sobre o Rio Paranaíta. Ponte esta que foi parcialmente queimada e ocasionando danos de grande monta.

A MT-206 é a grande via de acesso entre Paranaíta e toda a região, e a ponte destruída provoca uma situação mesmo caótica, não havendo outra alternativa de tráfego.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR – PPS”

4ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário soberano, seja enviada uma Moção de Congratulações a todas as secretárias, pelo seu dia, que é comemorado no dia 30 de setembro, nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, congratula-se com todas as secretárias pelo transcurso de seu dia, que é comemorado no dia 30 de setembro, reconhecendo que é a secretária um profissional que exerce importantíssima influência em todas as áreas em que atua. É ela aquela pessoa que reúne um sem número de virtudes a fim de valorizar seu trabalho e desempenhar as missões que lhe são atribuídas. É aquela criatura que, além das habilitações naturais, tem que possuir muita sensibilidade, gentileza e garra para trabalhar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Muitas vezes zelando e administrando situações que envolvem sigilo, tornando-se depositária de real confiança, a secretária muitas vezes trabalha exaustivamente, sacrificando muitas vezes até seus horários de refeição e repouso para desempenhar a contento sua nobre missão.

São muitos os executivos que alcançam êxito extraordinário, que seria impossível atingir se não fossem coadjuvados pelo brilhante trabalho e esforço de uma dedicada secretária.

A secretária talentosa aprende a expressar-se com simpatia, paciência e cortesia ao tratar com as mais diferentes naturezas humanas, tornando-se importante elo entre seu chefe e aqueles que o procuram.

Entendemos que esse dia 30 de setembro, dia consagrado à secretária, encerra em si um profundo significado, pois é uma data muito oportuna para refletirmos sobre essa extraordinária profissional, pela especial parcela de trabalho e cooperação que dedica, tanto no serviço público como na iniciativa privada, nos escritórios, na indústria e no comércio.

É o dia de retribuirmos o carinho que ela emprega no seu cotidiano, conciliando interesses de patrões e clientes, permitindo que os relacionamentos sejam mais harmoniosos, mais humanos e mais úteis.

Nossas congratulações, pois, à secretária, formulando sinceros votos para que todas elas sejam cada vez mais reconhecidas e mais valorizadas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 29 de setembro de 1999.

Deputado ROMOALDO JÚNIOR – PPS”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo, demais colegas Deputados, sinto-me honrado em usar da palavra no Grande Expediente.

Trago aqui, Sr. Presidente e colegas Deputados, a comunicação de que hoje à tarde tivemos uma audiência com o Sr. Secretário de Indústria e Comércio do Estado, para poder viabilizar o novo distrito industrial para a cidade de Várzea Grande.

Deputado Alencar Soares, eu chamo a atenção de V. Ex^a para que também ajude a viabilizar o novo distrito industrial para aquela cidade, que é denominada Cidade Industrial.

Ali nós observamos que houve um compromisso do Sr. Governador Dante de Oliveira para instalar esse novo distrito industrial. Hoje, eu acho que “a casa já está arrumada”, o momento é certo para instalar esse novo distrito naquela localidade. Que seja ali, Deputado Carlão Nascimento, nas imediações do Trevo do Lagarto, ou que seja nas imediações da Rodovia dos Imigrantes, da Rodovia Mário Andreazza, mas é preciso acomodar aproximadamente cem empresários, para poder gerar novos empregos, gerar mais arrecadação aos cofres do Município, do Estado e da Federação.

Nós sabemos que o momento que o nosso País atravessa é muito difícil, é um momento de recessão, de desemprego, de falência e de salários achatados, por isso é preciso clarear as coisas e trazer novos investidores para Mato Grosso e poder gerar emprego.

E eu vejo a necessidade não somente da instalação do novo distrito para Várzea Grande, mas a criação também do novo aeroporto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Infelizmente, Deputado Alencar Soares, o aeroporto que está instalado hoje naquele Município divide a nossa cidade, dificulta o crescimento, o desenvolvimento do nosso Município.

Portanto, nós queremos a compreensão dos colegas para nos ajudar a cobrar dos Deputados Federais e Senadores que coloquem também no Orçamento da União, do Governo Federal, o recurso devido para a instalação do novo aeroporto.

Trouxe também aqui, Sr. Presidente, hoje de manhã, um Projeto de Lei que eu acho que é de suma importância para a localidade de Jangada, quanto ao desmembramento da região de Bauxi. Nós sabemos que Bauxi hoje está ligada inteiramente à cidade de Rosário Oeste, e a população é muito sacrificada, deslocando-se setenta quilômetros para ir até Rosário Oeste, e poderia percorrer, aproximadamente, uma distância de dez quilômetros até Jangada, Deputado Humberto Bosaipo.

Para encerrar aqui a minha fala, eu quero dizer que estamos no Ano Internacional do Idoso, e nós sabemos que, infelizmente, essas pessoas são, talvez, até desacreditadas pela sociedade, mas é preciso ter respeito pela pessoa idosa. Nós tivemos a oportunidade, esta semana, de ir ao Município de Jaciara e ali presenciar um grande evento em comemoração à semana do idoso.

Quero aqui parabenizar a Universidade Federal de Mato Grosso, que dá oportunidade para os membros do grupo da terceira idade possam realizar os seus eventos e mostrar à sociedade que são realmente pessoas que poderão ainda fazer grandes trabalhos em nossa sociedade.

Eu quero, neste Ano Internacional do Idoso, trazer aqui, ainda nas próximas Sessões, Sr. Presidente, um Projeto de Lei que vai realmente ajudar o idoso, talvez discutindo aqui na Assembléia Legislativa nós possamos sugerir a cada empresa que faça a adoção de um idoso, podendo descontar no Imposto de Renda ou no ICMS do Estado, mas é importante darmos apoio aos idosos, porque nós sabemos que um dia também nós seremos idosos, por mais que saibamos que a idade está na cabeça de cada um.

Quero aqui, Sr. Presidente, encerrar agradecendo a oportunidade de poder usar aqui as minhas humildes e sinceras palavras no Grande Expediente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva (PAUSA).

O Sr. Humberto Bosaipo - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, nós queremos comunicar aos colegas Deputados e a Sr^a Deputada que já estamos terminando de instalar o novo elevador do Anexo Mário Spinelli e, na próxima semana, nós inauguraremos a Escola do Legislativo; além disso, os equipamentos de informática chegaram hoje.

A Escola do Legislativo vai servir para aprimorar os funcionários da Casa. Vamos inaugurar as novas instalações do Instituto Memória do Legislativo, que também está sendo informatizado e estaremos também reinaugurando, agora completamente remodelado, o Fundo de Assistência Parlamentar, que levará o nome de Sala Oscar Ribeiro, uma homenagem a esse Deputado que passou por esta Casa e que cuida desse Fundo de Assistência Parlamentar, que já foi extinto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Portando, eu quero comunicar - e faremos isso por memorando - que na próxima semana a Mesa Diretora promoverá essas inaugurações aqui na Casa.

Gostaria de dizer que no Instituto de Seguridade Social, além dos atendimentos que estão sendo dados a funcionários e dependentes de funcionários, está sendo realizado um curso de dança para aposentados e pensionistas, com grande sucesso. E já está funcionando, também no Instituto de Seguridade Social, o Centro de Fisioterapia, com equipamentos comprados na gestão desta Mesa. Seis dentistas estão trabalhando ininterruptamente, um pediatra, um cardiologista, três especialistas na área médica, e acabamos de adquirir um eletrocardiógrafo para os atendimentos de emergência - e hoje já tivemos condições de atender várias pessoas no sistema de triagem, no nosso próprio Instituto.

Portanto, eram essas comunicações que eu gostaria de fazer ao douto Plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Sr. Deputados, imprensa mato-grossense, eu queria, antes de mais nada, juntamente com o Deputado Gilney Viana, agradecer a participação dos Srs. Deputados na audiência pública de ontem.

Aquela audiência pública, Deputada Serys Slhessarenko, foi até uma experiência que nós fizemos para, a partir de agora, realizar menos audiências públicas, mas melhor organizadas. E eu propus no Colégio de Líderes que convocássemos audiência pública para debater assuntos cuja discussão fosse importante, relevante, colocando à disposição a estrutura da Assembléia Legislativa. Inclusive, nós temos alguns créditos de mídia junto à Imprensa e, logicamente, podemos usar esses créditos para fazer não só a convocação, como também, depois, mostrar o resultado das audiências públicas. E essa audiência, inclusive, foi amplamente coberta pela Imprensa, além disso a Casa também filmou a audiência, e nos impressionou o número de entidades que participaram.

Nesse aspecto, eu quero parabenizar o Deputado Gilney Viana e a Deputada Serys Slhessarenko, do PT, por terem organizado as discussões, e foi, sem dúvida nenhuma, uma das audiências públicas mais ricas já feitas aqui na Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Eu quero também, Deputada, comunicar que nós entregamos o Projeto de Lei hoje, pela manhã, ao Governador. Na verdade, houve um pequeno lapso da nossa parte, ao afirmar que o Projeto já estava no Palácio. Eu havia esquecido, Deputado Gilney Viana, e foi oportuno que não tivesse sido entregue - até porque a Dona Nadir tinha preparado o Autógrafo -, que nós havíamos pedido a ela que segurasse a proposta para que pudéssemos entregar. E eu, infelizmente, havia esquecido esse detalhe, porém, tive a oportunidade, hoje de manhã, de não só entregar este Projeto, Deputado, mas também um Projeto importantíssimo que nós aprovamos no ano passado aqui e que voltou para ser rediscutido, que era o que exigia a presença do Ministério Público nas ações, principalmente de despejo coletivo, de ocupações - eu fui mal interpretado, disseram que eu estava estimulando as invasões. Eu disse que não, que nós queríamos apenas, Deputado Silval Barbosa, encontrar um meio-termo para não haver atos de truculência em desocupação de áreas invadidas, e a presença do Ministério Público, sem dúvida nenhuma, inibe a força policial de se prevalecer de sua força contra qualquer que seja o cidadão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Esses dois projetos de lei, Deputado Gilney Viana, eu entreguei hoje ao Sr. Governador, assim como amanhã estaremos entregando o resultado da audiência pública, junto com a relação de entidades que participaram dela, e eu não tenho dúvida de que o Governador será sensível a esse pleito.

Hoje, fiz um apelo ao Governador para que sancione os dois projetos de lei, que os transforme em lei, e lhe expliquei a importância, Deputado Gilney, tanto da Lei Estadual como da operacionalização da Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999, porque uma completa a outra. As pessoas que lá estavam, o Procurador-Geral de Justiça e algumas outras pessoas, entenderam também dessa forma, que o Projeto de Lei Estadual é importante sim, inclusive porque prevê a criação de um fundo.

A Deputada Serys Slhessarenko já tinha uma proposta, e nós estamos apresentando, conjuntamente com a Deputada Serys Slhessarenko e o Deputado Gilney Viana, a criação de um fundo tão logo o Projeto de Lei seja sancionado. Logicamente, se o Projeto de Lei for vetado, nós já temos o posicionamento de pedir aos colegas Deputados a derrubada do veto, porque esta Casa não pode mais abrir mão de projetos de lei essenciais, que avançam, Deputado Alencar Soares, e que representam, num conjunto de medidas que nós vamos tomar na área de segurança, medida essencial, importante e imprescindível à sociedade mato-grossense.

Quem esteve na audiência pública de ontem pôde ouvir o relato de pessoas que estão amedrontadas, que não têm coragem de testemunhar e que não encontram respaldo, não só no Poder Público, como também na sociedade organizada, porque é bom dizer que em países mais desenvolvidos já existem ONGs que patrocinam a proteção de testemunhas e vítimas, já existem entidades organizadas que patrocinam a proteção do cidadão.

Então, Deputado Gilney Viana, quero agradecer aos Srs. Deputados, agradecer à imprensa mato-grossense, que se fez presente, aos participantes, que estão ausentes desta Sessão, mas que tiveram, sem dúvida nenhuma, muita importância para que ela ocorresse. E quero dizer que nós sentimos a importância dessa audiência, quando hoje fomos falar ao Governador e ele disse: “É sobre a audiência pública de ontem?”. Quer dizer, já havia comentários sobre a realização dessa audiência pública e, com certeza, já deviam ter chegado ao Governador informações sobre ela, até porque lá estava o Subsecretário de Estado de Justiça e Cidadania e do Trabalho, que assistiu a toda a audiência pública e, por sinal, fez elogios à audiência.

Quero agradecer e dizer que estou convicto de que a Segurança Pública de Mato Grosso precisa de muito mais que essa lei. Não podemos nos iludir e nem vender ilusões à sociedade, mas dizer que essa é uma das medidas.

A outra medida é essa que nós aprovamos também, Deputado Gilney Viana, em conjunto, que prevê a presença do Ministério Público. E eu vou mais adiante, eu gostaria inclusive da presença do Conselho de Direitos Humanos, porque entendo que ele poderia desempenhar um papel importantíssimo nessas desocupações de áreas, porque V.Ex^a já imaginou como vai ser a desocupação do 21 de Abril e do Renascer, caso venha a ocorrer? Quanta truculência poderá ocorrer? Até porque ali existem cidadãos que estão esperançosos de ficar na área. E nós não podemos abrir mão da presença do Ministério Público, não podemos abrir mão do Conselho de Direitos Humanos - aliás, hoje eu disse ao Procurador-Geral de Justiça: Nós estamos arrumando serviço para os Senhores! Eu tenho consciência que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

nós estamos aumentando o serviço do Ministério Público, que já conta com poucos Promotores, mas é necessário, e ele fez um apelo ao Governador, para que este ano ainda contrate mais Promotores. Fiquei feliz ao ouvir do Governador, na reunião de discussão do Orçamento, que mesmo com todo ajuste, algumas coisas são essenciais, como a questão dos Promotores, dos Defensores, dos Juizes, que serão necessários. E o Presidente do Tribunal de Justiça disse que serão necessários mais quarenta Juizes, e com esses serviços essenciais o Governo vai, aos poucos, dar garantias à sociedade, e isso é importante.

O Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana - Primeiro para agradecer a gentileza de V. Ex^a, que nos permitiu a co-autoria desse Projeto de lei que cria o Programa de Proteção às Vítimas de Violência e às Testemunhas Ameaçadas. Segundo, quero corroborar as afirmações de V.Ex^a, porque a Audiência Pública sobre esse Projeto foi um sucesso, não apenas de mídia, mas de conteúdo, pelo conteúdo passado pelos agentes públicos e privados que ali estiveram e que deram a sua contribuição.

Gostaria de dizer a V. Ex^a que aquelas organizações não governamentais, como o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, como a Associação de Vítimas de Violência de Mato Grosso, como a Igreja de Confissão Luterana, como a Pastoral da Criança, como entidades outras que participaram igualmente, elas estão ansiosas - e certamente outros cidadãos, certamente Deputados que aqui compartilham desse interesse, dessa ansiedade - para que esse Programa se constitua. E qual é a dúvida, Deputado? É uma dúvida que nós compartilhamos - eu, V. Ex^a e também os outros que estiveram na audiência pública -: se o Governador vai sancionar ou se vai vetar o projeto de lei. Se o Governador sancionar, como nós esperamos, há a possibilidade de que na lei imediata, que regulamenta ou constitui o fundo, que vai dar sustentação financeira ao programa específico...

Nós podemos eventualmente fazer algumas compatibilizações, ou melhor, corrigir algumas omissões da lei estadual com relação ao programa federal, por uma razão muito simples, porque o Projeto de Lei que já vem da Legislatura anterior, de sua lavra, ele não pôde, vamos dizer assim, ter contribuições de uma legislação federal, o que seria relevante. Mas, por outro lado, numa atitude, eu acredito que até de premonição, conceitualmente e pelos seus comandos, não há incompatibilidade com o que há na Lei nº 8.907.

Então, eu defendo - e acho que V. Ex^a está de acordo comigo - que o Governador deveria sancionar a lei da nossa lavra, coletiva, conjunta, e eventuais compatibilizações que se fizerem necessárias podem ser corrigidas na lei que vai instituir o fundo e estabelecer outras atribuições. Eu me permito fazer este aparte ao pronunciamento de V. Ex^a, concordando e parabenizando pelo Projeto.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado Gilney Viana e também concordo. A lei, inclusive, pode até ser alterada. Na audiência pública nós tivemos o pedido de implementação de programas pedagógicos, porque consta apenas apoio a programas e o Pastor Teobaldo pediu que fosse inserida a palavra "implementação", para que nós possamos realizar programas pedagógicos e outros programas de apoio. Nós concordamos, inclusive vamos fazer a alteração tão logo seja sancionada - eu espero que seja sancionada.

Mas eu quero chamar também a atenção dos colegas Deputados, especialmente dos Deputados que estiveram de manhã lá no Palácio Paiaguás, por ocasião do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

lançamento de um programa pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelo Governo do Estado, para dizer aos Srs. Deputados que lá foi assinado um convênio entre Secretaria de Estado de Justiça, Governo do Estado e Tribunal Regional Eleitoral, para que possa ser ampliado o nosso número de eleitores.

Também quero dizer aos colegas que não estiveram lá, Deputado Carlão Nascimento, que nós tivemos a oportunidade de dizer que a qualificação eleitoral vai inclusive desmascarar essa farsa do censo do IBGE em Mato Grosso.

Olha, é uma vergonha a forma como se fez esse censo em Mato Grosso! Só para os Senhores terem uma idéia, se cadastrarem todo o eleitorado de Cuiabá, vamos ter mais eleitores do que população.

Lá no meu Município, em Juara, pode-se chegar a vinte e cinco mil eleitores! E nós temos menos que isso de população! A nossa parcela no FPM, os municípios mato-grossenses estão sendo lesados! Deputado Gilney Viana, Deputado Pedro Satélite, Presidente, estão sendo lesados! Mato Grosso está perdendo e não só perdendo por força da Lei feita pelos nordestinos, que eu não tenho nada contra, porque eles têm uma Bancada representativa, e é com esse intuito que nasce o Parlamento Amazônico, com o intuito de criar também uma cultura de unidade regional, mas nosso Estado está perdendo porque o censo em Mato Grosso foi mal elaborado, e nós vamos ter a oportunidade de fazer muitos eleitores e talvez corrigir a farsa desse censo, e vamos poder provar que a população de Mato Grosso é muito maior do que consta.

Por outro lado, também, eu disse lá, Srs. Deputados, que os Juízes eleitorais do interior têm que passar a ter a classe política como parceira. Nós não podemos mais ficar admitindo o relacionamento que se têm com os políticos do interior, quando o preparador eleitoral não pode ir a uma comunidade, que o Deputado, o Prefeito ou o Vereador indicam, o Juiz manda até prender Vereador que leva eleitores para fazer título no Fórum. E eu tive a oportunidade de pedir ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral que converse com os Juízes eleitorais, porque serão eles os principais condutores desta campanha e não iremos a lugar nenhum, se não abrirmos mão de se fazer o título de eleitor apenas na sede, Deputado Gilney Viana e Deputado José Carlos Freitas.

De nada adiantará esta campanha, se nós não formos ao encontro do eleitor, que está saturado, que vê a classe política com muito descrédito. Se nós não formos ao encontro deles, no corpo-a-corpo, não vamos fazer título de eleitor. E se tiver que pagar multa, minha gente, migrante nenhum vai fazer título de eleitor. Os cento e vinte mil eleitores que justificaram seus votos, que na verdade não são cento e vinte mil, são duzentos e quarenta mil - cento e vinte mil são os que tiveram paciência de ficar na fila dos Correios, mas são duzentos e quarenta mil, eles vão continuar aumentando.

O trabalhador de Colniza não tem condições de pagar multa, o trabalhador da periferia não tem condições de pagar multa! Se nós formos fazer eleitores em Colniza, vamos chegar a cinco mil eleitores, eu não tenho dúvidas. Lá, há mil e novecentos, pode chegar a cinco, seis mil...

Agora, eu fiquei feliz em saber que está sendo implementada uma multa simbólica, já é, sem dúvida nenhuma, um grande avanço para que nós possamos induzir o eleitor a fazer o seu título de eleitor, a transferir o seu título de eleitor. E lá naquela região há muitos eleitores nordestinos e de Rondônia. Em Colniza e Rondolândia deve haver de seis a sete mil famílias de Rondônia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Então, vejam os Senhores que nós podemos implementar em Mato Grosso mais quatrocentos mil títulos de eleitores, se essa campanha for bem organizada.

O Poder Legislativo está oferecendo, sim, a sua contribuição. Nós, inclusive o Deputado Humberto Bosaipo, já autorizamos a cessão de alguns servidores para que possam, nesse período, contribuir, porque nós entendemos que é também uma obrigação nossa, especialmente porque o Tribunal Regional Eleitoral não tem funcionários suficientes. Ele trabalha com servidores cedidos pelo Poder Legislativo, pelas Prefeituras, enfim - o que eu acho um absurdo também, porque o Tribunal Eleitoral poderia ter o seu próprio quadro...

E fizemos também, Deputado Humberto Bosaipo, a entrega ao Governador, pela manhã, dos três Projetos de Lei que criam três novos municípios - inclusive, V. Ex^a muito lutou para que isso se concretizasse, juntamente com o Presidente em exercício, Deputado Pedro Satélite, a quem eu quero agradecer, pelo empenho na aprovação da criação do Município de Bom Jesus do Araguaia e dos demais que foram aprovados ontem, Serra Nova Dourada e Novo Santo Antônio.

E eu talvez divirja de alguns colegas quando dizem que municípios são inviáveis. Todo município que começa, se tiver uma administração séria, com a arrecadação que vai ter, ele é muito mais viável que o município-mãe. E é fácil de se comprovar isso. Agora, é natural que deve haver uma consciência do novo prefeito de que nós não podemos mais ter folhas inchadas. Nós temos prefeituras em Mato Grosso que ainda comprometem 85% da Receita com a folha de pagamento. Isso é um absurdo!

Então, eu espero que esses três municípios que nós tivemos a oportunidade de criar sejam ricos. Em Mato Grosso, agora, são cento e vinte e seis, mais Rondolândia, Colniza, mais Santa Helena, Curvelândia, Santo Antônio do Leste, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia e Nova Serra Dourada. Quer dizer, são mais municípios, que vão se somar, e os Estados que são contra a criação de municípios, são exatamente os desenvolvidos, que não têm mais município para criar. No Estado de São Paulo - percebe-se isto quando se sobrevoa -, qualquer “amontoadozinho” de casa é um município. Em Minas Gerais é a mesma coisa. Então, eles são contra exatamente porque não querem partir o “bolo” do Fundo de Participação dos Municípios conosco.

Eu acho que mais alguns municípios estão sendo criados. E também tivemos hoje...

O Sr. Silval Barbosa - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RIVA - Eu concedo o aparte ao Deputado Silval Barbosa e, em seguida, vou falar sobre a reunião do Parlamento Amazônico, com a participação do Deputado Humberto Bosaipo e de outros colegas preocupados com uma situação que nós estamos estudando e levantando. Por isso, nós vamos implementar as reuniões técnicas nas localidades. Nós estamos indicando cinco membros da Assembléia de Mato Grosso, que vão participar exatamente com esse intuito.

Concedo o aparte ao nobre colega, Deputado Silval Barbosa.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, Deputado Riva, quero agradecer o aparte e parabenizar V. Ex^a e todos os membros que estão lutando para a divisão e a criação de novos municípios.

Eu tenho a visão de que a criação de novos municípios só fortalece o Estado, porque nós pegamos parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Eu gostaria de pedir o apoio dos Deputados que têm essa visão e dos demais Deputados que, eu tenho

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

certeza, querem o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, para também encamparem essa bandeira, não só pensando na divisão dos municípios, mas também pensando na divisão do Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso, com essa extensão territorial que tem, pela dimensão do nosso Estado e pelo potencial que tem, eu tenho certeza de que a divisão só vai contribuir e somar, não só para o Estado novo que vai criar, mas também para esse Estado que vai ficar dividido.

Nós sabemos do potencial do Estado de Mato Grosso do Norte, que eu defendo, Deputado Riva. Após ele ser criado, só com o FPE, eu tenho certeza de que somará e muito, pode até multiplicar muitas vezes os recursos que o Governo do Estado vai investir neste novo Estado. Eu tenho certeza de que com a criação do novo Estado, só os investimentos que virão, tirados do “bolo” que é dividido nacionalmente, não tenha dúvida nenhuma, só isso contribuirá e muito com o desenvolvimento do novo Estado, tanto do Mato Grosso como do Mato Grosso do Norte, que vai ser criado.

Portanto, com essa visão, quero continuar com esse raciocínio, porque com a divisão dos municípios nós temos que inserir no contexto a divisão do Estado, essa é a bandeira que eu defendo e quero aqui fazer jus ao memorável e eterno, que eu tenho no coração, Jorge Abreu, que defendia esta bandeira. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado Silval e quero dizer que, desde a época do saudoso Deputado Jorge Abreu, lembro-me do discurso inflamado do Deputado Jorge Abreu, quando eu passei perto do saudoso colega e passei um bilhete para ele, dizendo: Se prepare, porque a cuiabania vem para cima de você! Daí a pouco o Deputado Wilson Santos calou o nosso colega com um discurso, logicamente que defendendo a unidade do Estado e a integração.

Eu tenho uma maneira toda especial de trabalhar. Talvez tenha sido eu o que menos falou da divisão, sendo Deputado do Nortão, mas talvez tenha sido eu o que mais trabalhou pela divisão.

Eu estive na Comissão de Constituição e Justiça, na votação do Projeto do Deputado Wellington Fagundes, conversei com trinta e seis Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, mas, quando senti que o Projeto era apenas uma tentativa de se fazer um plebiscito, muito vazia, e que seria necessário algo mais consistente, resolvi iniciar um trabalho para conhecer a viabilidade financeira e econômica do Nortão. Contratamos uma empresa, fizemos um trabalho preliminar e tenho um trabalho, Deputado Silval Barbosa, quase que pronto. Na minha maneira muito mineira, eu, que sou capixaba, criado no Paraná, só vou me posicionar sobre isso depois desse trabalho, porque acho muito complicado falarmos da viabilidade de um Estado que não tem ainda uma economia definida, em que não se criou uma cultura, em que não existe uma unidade política. Eu mesmo fazia um apelo a V. Ex^a, porque o Nortão precisa, se quiser ser forte, de unidade política. Um dia o Governador Dante falou: “Vamos lançar um Vice-Governador do Nortão.” E eu disse ao Governador: De qual Nortão, Governador? Eu quero saber se é do Nortão de Sinop, de Alta Floresta, de Juara, de Juína, de Colíder, de Peixoto de Azevedo, de qual Nortão... Porque, de qualquer lugar que o Senhor lançar, o resto é contra. Não existe uma cultura e uma unidade regional, e essa unidade que nós buscamos no Parlamento Amazônico, eu tenho consciência, Deputado Alencar Soares...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - V. Ex^a dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

O SR. RIVA - Eu tenho consciência de que essa unidade, Deputado Alencar Soares, é difícil de se conseguir.

O Parlamento Amazônico é um desafio, Deputado Gilney Viana.

Eu não sei se os Deputados Federais e os Senadores estarão preparados para entender que o Norte e o Centro-Oeste têm que estar juntos. Eu não sei se o povo do Nortão já está entendendo, mas vou saber, porque tem uma pesquisa em andamento, para provar que é necessário haver unidade política no Nortão. E quando eu disse isso ao Governador, em seguida eu falei ao meu irmão: Priminho, nós vamos lançar o Rogério Sales como Vice-Governador, porque vai somar mais do que qualquer um do Nortão, porque se o Nortão lançar um, será motivo de discórdia. E nasceu lá em Juara a candidatura de Rogério Sales, saiu de lá. O primeiro lançamento da candidatura do Rogério Sales foi feito pelo Priminho. Inclusive, eu não queria, naquele momento, fazer o lançamento, porque eu tinha outros colegas que queriam ser candidatos e entendiam que eu estava preterindo alguns deles. E eu falei: Pode lançar lá do Sul que vai dar certo. Porque lá do Norte eu tinha convicção de que não daria.

E essa unidade política, Deputado Silval Barbosa, só vai ser criada se a bancada do Nortão fizer o que nós combinamos aqui um dia, só vai se formar após fazermos as reuniões regionais discutindo as prioridades de cada região. Nós temos muitas regiões, muitos municípios grandes que perderam representação na Assembléia Legislativa, como é o caso de Sinop - que tem hoje, aqui, o colega Nilson Leitão, mas ele é apenas Suplente. E é o caso de outros municípios, como Juína, que nós representamos, mas que nós gostaríamos de ter mais um representante de lá, e assim por diante.

Então, nós precisamos, na verdade, buscar essa unidade. Aí sim, eu tenho a convicção de que será possível a criação do Mato Grosso do Norte. Logicamente, depois desse trabalho socioeconômico de viabilidade da criação do Estado, que eu quero apresentar aqui, mas somente vou apresentar depois de pronto. Temos uma equipe supercompetente trabalhando em cima disso.

Eu ia falar sobre o Parlamento Amazônico, Sr. Presidente, mas o meu tempo se esgotou. Eu quero agradecer pela compreensão, e ao Deputado Humberto Bosaipo, que é o próximo inscrito, eu solicito que me conceda cinco minutos.

O Sr. Humberto Bosaipo - Concedo.

O SR. RIVA - Agradeço, Deputado Humberto Bosaipo.

Eu termino o meu pronunciamento, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência comunica a V. Ex^a que o próximo inscrito é o Deputado Gilney Viana, mas ele se manifestou, dizendo que a metade do seu tempo ele cederá ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. RIVA - Então, eu encerro o meu pronunciamento agradecendo a todos os colegas, e agradecendo mais uma vez pelo apoio na audiência pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^a Deputada, eu quero agradecer ao Deputado Gilney Viana por essa deferência especial, porque sempre o Deputado Gilney Viana traz aqui assuntos da mais alta relevância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Quero aproveitar, Deputado Riva, não pude estar hoje lá no Palácio com V. Ex^a, porque no momento em que o Governador estava sancionando os projetos de emancipação de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Novo Santo Antônio, eu estava em missão pelo PPS, em Diamantino, filiando o Prefeito, o Presidente da Câmara, Vereadores e lideranças daquela grande cidade nas hostes pepessistas.

Mas eu quero parabenizar e agradecer ao Deputado Riva, que não só nesse procedimento de levar ao Governador o autógrafo das leis, mas durante todo o procedimento de emancipação ele foi fundamental para esse processo.

Quero dizer à Mesa Diretora que ainda estou trabalhando na emancipação, no Projeto Santa Cruz. A legislação me permite que até seis meses antes das eleições eu trabalhe nesse sentido, conforme a Lei Complementar nº 43, de 07 de março de 1966 - e também tem o Projeto de Nova Nazaré, que trata do nosso Borecaia.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu também sou favorável à criação de um novo Estado! Aliás, com relação à questão levantada aqui pelo Deputado Silval Barbosa, eu amplio a discussão da seguinte forma: criar o Estado do Araguaia, pegando parte do Sul do Pará, do qual nós fazemos divisa e parte do Tocantins, antes de Goiás.

Nós teríamos de Cascalheira a Ribeirão Cascalheira para baixo, que já são 13 municípios agora, e queremos ampliar para 15, com uma parte do Sul do Pará e uma parte do Tocantins, daria um grande Estado, o Estado do Araguaia e, obviamente que acima de Sinop nós teríamos o Estado de Mato Grosso do Norte. Sou favorável a essa tese porque é mais fácil de administrar, o Governo fica mais próximo, e aí o Deputado Riva já poderia encampar essa campanha de Governador lá no Estado de Mato Grosso do Norte...(RISOS NO PLENÁRIO)... Obviamente que esta Casa já poderia oferecer...

Lá no Estado do Araguaia certamente o Deputado Alencar Soares, esse jovem, brilhante e atuante Parlamentar, estaria credenciado a disputar uma vaga...

O Sr. José Carlos Freitas - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Apenas um instante, logo eu concedo um aparte a V. Ex^a.

Então, eu acho que seria, Deputado Everaldo Simões, uma divisão que criaria três Estados maiores que Santa Catarina.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. José Carlos Freitas - Muito obrigado, nobre Deputado.

Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Silval Barbosa, eu quero aqui parabenizá-los por esse sonho de realizar a divisão no nosso Estado de Mato Grosso, mas eu pergunto a V. Ex^{as}: os Senhores sabem qual é o custo de uma divisão do Estado?

É um sonho, infelizmente não se realiza tão rápido, porque primeiro precisamos defender a industrialização da nossa matéria-prima, trazer indústrias, trazer empresas, gerar empregos, porque Mato Grosso não pode ainda neste momento sofrer consequências como as que sofreu quando da divisão do Sul do Estado. Nós precisamos, primeiro, antes de acontecer a divisão do Estado de Mato Grosso, Deputado Humberto Bosaipo - e eu quero contar com o seu apoio e dos demais colegas, Deputado Silval Barbosa, para me ajudar a fazer isto -, antes de criar um novo Mato Grosso, construir um novo aeroporto e também um novo distrito industrial para Várzea Grande. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Quero comunicar ao ilustre Deputado que o Projeto de emancipação do Estado do Tocantins demorou trinta anos. Obviamente que tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

que ter um começo desse sonho. Nós não podemos só sonhar, sem começar... E a divisão do Estado, principalmente com o Governo Fernando Henrique Cardoso delegando ao País este estado de abandono e de miséria, nós não podemos certamente pensar que isso vai ser nos próximos três, quatro anos. É um processo lento, como bem disse o Deputado Silval Barbosa, e repito eu e o Deputado Riva, é um sonho, mas tem que ser iniciado! Tem que começar, e se não começarmos isso de direito, de fato já está havendo a divisão.

Vejam só, as eleições já são distritais - as eleições já são distritais! O processo seletivo e eletivo já é distrital! E o que não pode é, exatamente, um Governador do Estado estar aproximadamente mil e quatrocentos quilômetros distante da cidade onde o Deputado Everaldo Simões vai ser Prefeito, que é Vila Rica, a partir do ano 2000. Estar a mil e trezentos quilômetros de Aripuanã, é inadmissível governar um Estado desse tamanho.

Mas, Deputado Silval Barbosa, eu vim aqui para lhe dar apoio à idéia. Eu acho que V. Ex^a tem que colocar isso no papel. Obviamente, isso vai demandar tempo, estudos, e V. Ex^a pode contar com o meu irrestrito apoio.

Outro aspecto, Sr. Presidente... Eu indago do Deputado Riva se ele ainda precisa de tempo.

O Sr. Silval Barbosa - Concede-me um aparte, nobre Deputado Humberto Bosaipo?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Enquanto o Deputado Riva atende os holofotes, eu ouço o Deputado Silval Barbosa.

O Sr. Silval Barbosa - Deputado Humberto Bosaipo, eu quero até agradecer a participação do Deputado José Carlos Freitas, que foi muito válida.

Mas, Deputado Humberto Bosaipo, quando nós falamos na divisão do Estado, nós não estabelecemos a data da divisão do Estado. Nós temos que começar um movimento agora e, quiçá daqui a oito ou dez anos, nós teremos a divisão. Eu quero discordar, aqui, da colocação do nosso grande Presidente da Casa, da falta de união em uma discussão mais ampla sobre a divisão do Estado. Nós que somos lá do Norte, temos orgulho, Deputado Riva, da sua liderança expressiva hoje no Estado de Mato Grosso, e conhecemos a responsabilidade que V. Ex^a tem em conduzir esta Casa pelas leis que regem o nosso Estado, mas também, acima de tudo, a liderança que V. Ex^a tem no nosso Estado de Mato Grosso.

Se V. Ex^a soubesse o tanto que o povo de lá se orgulha de V. Ex^a e sabe dessa sua responsabilidade! E se V. Ex^a soubesse conduzir ainda mais, envolvendo o sentimento do povo sobre a divisão.. E sobre a pesquisa, não tem um estudo profundo sobre isso, mas é preciso pesquisar o sentimento que tem o povo do Norte do Estado e do Araguaia também sobre a divisão, envolvendo essa sugestão de englobar o Sul do Pará. Eu tenho certeza de que V. Ex^a conseguiria aglutinar, e muito, as lideranças empresariais, as lideranças das classes políticas, da sociedade organizada que tem no Norte do Araguaia, com esse sentimento da divisão do Estado.

Quero deixar aqui a minha sugestão, por conversação, para apenas continuar o sentimento de defesa da bandeira da divisão do Estado, que V. Ex^a leve, consulte... Eu tenho certeza de que falta uma liderança organizada, independente das siglas partidárias, mas os políticos, as lideranças e as classes organizadas de todos os setores vão estar, a maioria, imbuídos nesse projeto de divisão do Estado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço o aparte do Deputado Silval Barbosa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Sr. Presidente, cedo o restante do meu tempo ao Deputado Riva, para que ele possa tecer considerações sobre o Parlamento Amazônico.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Eu agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo. Infelizmente, eu vou falar mais alguns minutos sobre a divisão do Estado, até porque eu fui provocado, e sobre o Parlamento Amazônico eu falo nos três minutos finais - peço, inclusive, que o Presidente me alerte.

Eu, Deputado Silval Barbosa, quero provar a V. Ex^a que o Nortão não tem unidade política. E quero começar pelo seguinte fato: nós temos hoje um terço do eleitorado de Mato Grosso, conseqüentemente nós deveríamos ter um terço dos Deputados Federais. Nós temos quanto? Nenhum! Nós temos o Deputado Ricarte de Freitas, que é Suplente! Se o Deputado Antônio Joaquim voltar para lá, o Nortão perde, nós não teremos nenhum. Nós temos um terço do eleitorado de Mato Grosso e temos cinco Deputados Estaduais. Nós devíamos ter quantos? Oito Deputados Estaduais, e devíamos ter um Senador.

E quando eu disse unidade regional, unidade política, não que fosse a unidade política para criação do Estado do Mato Grosso do Norte, que esse eu não tenho dúvida, eu fiz uma pesquisa nos trinta e cinco municípios, fomos nós que patrocinamos a pesquisa, juntamente com o Deputado Jorge Abreu e alguns empresários. O curioso é que vinte e nove municípios, esmagadoramente, queriam a divisão do Estado. Em apenas seis municípios não passou a divisão do Estado, até pelo momento que se vivia naquela ocasião, mas eu não tenho dúvida disso. Agora, o que eu não quero e não faço é como alguns políticos que pregam a divisão do Estado como bandeira política, vão para o palanque e depois não concretizam nada. Eu não vou pegar um projeto para ficar no meio da estrada. Por isso, eu falei aqui que sou um admirador incontestado dos mineiros, que quando abraçam uma causa é porque ela já está decidida por baixo, nos bastidores.

Então, vamos trabalhar. Se o Nortão quiser dividir o Estado não será fazendo discurso, terá que ser através de uma ação muito forte, através de seus líderes.

Nós tentamos unir a Bancada do Nortão aqui e não conseguimos. Eu marquei três reuniões e nunca tivemos mais de dois Deputados em uma bancada de cinco. Tem unidade política? Tem, Deputado Humberto Bosaipo? Se eu marquei várias reuniões em minha sala e fiquei sozinho esperando, num dia chegou o Deputado Pedro Satélite, no outro dia o Deputado Jair Mariano, outro dia um outro, e não conseguimos reunir cinco Deputados, de uma Bancada de cinco! Ora, se nós queremos dividir o Estado, temos que começar a ser unidos lá no Nortão.

Agora, eu aplaudo a atitude de V. Ex^a por se colocar a favor dessa idéia que, sem dúvida alguma, mais cedo ou mais tarde irá se aflorar. Agora, nós temos que aguardar o momento certo, esperar estar de posse desse levantamento socioeconômico, de posse de uma pesquisa qualificada, para conhecermos o que a sociedade espera dessa divisão do Estado, porque também não podemos gerar falsas expectativas...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao orador que lhe restam apenas três minutos, haja vista que o Deputado Gilney Viana ocupará os últimos dez minutos do tempo.

O SR. RIVA - Eu agradeço ao Deputado Pedro Satélite e gostaria, numa Sessão futura, de voltar a falar sobre a divisão do Estado de Mato Grosso - e não só Mato Grosso, mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

o Brasil precisa passar por uma redivisão territorial. O Estado da Amazônia, do Pará... Deveria ser uma coisa mais abrangente, partindo lá de cima, Deputado Gilney Viana.

Eu quero aqui, por fim, falar sobre a questão do Parlamento Amazônico, porque muitas vezes as pessoas podem falar: “Olha, instalaram o Parlamento Amazônico, e não estão trabalhando”. Nós temos tido uma troca permanente de correspondência. Fiz ontem um discurso sobre a questão dos incentivos à informática, que nós discordamos, que beneficia seis empresas internacionais e vai causar um prejuízo para a nossa região de dois bilhões e setecentos milhões, mais do que os dois vírgula dois bilhões que são arrecadados pela cobrança do imposto de Renda, que é de 27% - a diferença dos 27% para a taxa anteriormente cobrada.

Também, hoje, nos preocupou muito as explicações do Dr. Sílvio Monteiro. Nós inovamos e vamos convidar alguns Deputados para, toda quarta-feira, almoçarmos e conversarmos sobre o Parlamento Amazônico. Hoje, eu e o Deputado Humberto Bosaipo almoçamos com a equipe do Parlamento Amazônico, conversamos por duas horas, falamos sobre a questão do Parlamento Amazônico, e ficou decidido que uma equipe técnica sairá conversando e levando essas preocupações levantadas aqui, como essa questão da informática, a questão das queimadas, que nos preocupa, e uma proposta concreta, Deputado Gilney Viana, para as áreas de assentamento. Nós não podemos mais entregar ao produtor, ao pequeno produtor, a área total do assentamento. Se vamos fazer um assentamento de cinquenta mil hectares, cortamos vinte e cinco mil hectares e a tornamos uma reserva permanente, entregue ao pequeno proprietário, apenas a área produtiva, e fica o Governo encarregado de manter essa reserva permanente. Assim, eu tenho certeza de que seria possível se assegurar os cinquenta por cento de mata.

O meu tempo está acabando, eu agradeço a compreensão do Deputado Gilney Viana e do Deputado Humberto Bosaipo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana, que dispõe de dez minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, por ter excedido o tempo, eu vou restringir o meu discurso realmente a só um ponto.

Primeiro, eu gostaria de registrar que hoje, no Senado Federal, a CPI que investiga denúncias contra o Poder Judiciário em geral, e não especificamente do Estado de Mato Grosso, ouviu três advogados da Seccional do Estado de Mato Grosso. Os advogados foram o Dr. Lucídio de Melo Filho, a Dr^a Elizabeth e o Dr. Elarmin Miranda.

Eu tive a oportunidade de assistir, pela *TV Senado*, a quase todo o depoimento do Deputado e advogado Elarmin Miranda e a uma entrevista pós-depoimento, nesse mesmo canal a cabo, do Dr. Lucídio.

Eu sei que este assunto é polêmico e eu não tenho nenhuma procuração para falar por ninguém aqui, exceto ante os meus eleitores que, constantemente, me cobram dizendo que as investigações devem se processar livremente e que os resultados devem ser públicos.

Eu acho que todo mundo aqui concorda com isso. Mas, até onde eu percebi e os meus ouvidos ouviram, o Deputado Elarmin Miranda denunciou um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso por ter recebido indevidamente pagamento em troca de um procedimento judicante e não meramente administrativo! Por ser administrativo, seria igualmente condenável. É juízo, sentença!

Segundo o depoimento do Deputado Elarmin Miranda, há evidências e todas as possibilidades de comprovação, mesmo porque ele já teria feito o depoimento perante a Polícia Federal, para o Inquérito Policial que apura os fatos.

O depoimento do Deputado Elarmin Miranda é rico em detalhes! E ele se expôs de uma forma – eu gostaria de registrar aqui – corajosa, o que, de certa forma, me preocupa. Eu já conversei com vários Deputados aqui, de vários partidos, que têm opiniões até diferenciadas da minha e algumas coincidentes, e todos concordam. Primeiro, porque foi um gesto corajoso por parte do Deputado Elarmin Miranda; segundo, porque são graves as denúncias, e com a possibilidade de se comprovar, porque as indicações, salvo estado de loucura, que me parece não ser o caso do Deputado Elarmin Miranda, é inevitável que a CPI submeta o Desembargador citado à devida investigação, o Sr. Desembargador Ataíde Monteiro – não é isso? – e o tal do intermediário. Desculpem-me, eu não conheço o cidadão e mal percebo o seu nome, mas o prenome, segundo me falaram, é Josino, segundo se diz, Guimarães. Segundo o Deputado Elarmin Miranda em seu depoimento à CPI do Senado, o Sr. Josino se declarou agenciador de nove dos vinte Desembargadores do Tribunal de Justiça! Dentre os nove, esse indigitado Desembargador, eu não disse indiciado, mesmo porque não seria...

Então, eu acho o seguinte: o Deputado Elarmin Miranda colocou de uma forma clara o seu crédito junto ao eleitorado, junto a seus Pares, a nós, ao se expor publicamente ao juízo público como advogado – é bom que se diga – e não como Deputado, mas ele o é, está no exercício de mandato e ele sabe no que isso implica...

Eu gostaria de pedir à Mesa do Legislativo do Estado de Mato Grosso que examine com muito carinho a possibilidade de resguardar a integridade física e moral do Deputado Elarmin Miranda, porque, diz o Deputado Carlão Nascimento, que é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Elarmin Miranda já pediu garantias. Não garantias contra a sua palavra, a sua voz, o seu direito de falar. Inclusive, como Deputado, não precisaria mostrar as fontes, mas ele o fez, corajosamente, enquanto advogado.

Eu acho que o gesto dele, de uma certa forma, foi reproduzido pelo advogado, e não pelo Deputado. E o Sr. Lucídio de Melo Filho falou textualmente que a transação que ele presenciou foi a base de cheque, dois cheques de trinta e cinco mil reais, em troca de uma...

A Sr^a Serys Shessarenko (DE SUA BANCADA) – Cada um?

O SR. GILNEY VIANA – Trinta e cinco mil reais cada um, em troca de um determinado comportamento de um citado Desembargador ou do Juízo.

Olha, se antes as denúncias advinham do falecido Juiz Leopoldino Marques do Amaral, que, estando morto, não poderia, agora, perseverar nas suas denúncias e eventualmente contribuir para a CPI, para que elas fossem devidamente comprovadas, agora nós temos três depoimentos públicos, não depoimentos em Polícia Federal, que são ainda reservados, eventualmente indo à Juízo – e passando para a esfera Federal, certamente serão de ordem pública. São depoimentos públicos, que milhares e milhões de cidadãos e cidadãs assistiram desses três advogados, sob risco eventualmente de alguma violência – e eu espero, torço e rezo para que nada lhes aconteça – e de alguma represália.

Mas, agora, de forma cabal, não se trata de uma denúncia que parte de um suposto sujeito que também teria sido denunciado pelos denunciantes, ou seja, não se trata das denúncias formuladas pelo Juiz que, eventualmente, teria – vamos dizer assim – uma contradição histórica com o Tribunal de Justiça, por motivo de perseguição, por motivo, quem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

sabe, a imprensa aludiu a isso, de que o Tribunal esteja fazendo uma correição na Vara de Família, em que ele era titular, e que tenha apurado algum eventual deslize de ordem administrativa ou que tais. Eu digo que...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico que V. Ex^a dispõe de dois minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Eu farei uso e concluirei.

Eu digo, Sr. Presidente Pedro Satélite, que nós, do Corpo Legislativo do Estado de Mato Grosso, estamos envolvidos na medida em que um elemento, um cidadão, um representante do povo faz livremente, espontaneamente, as denúncias como o fez na Polícia Federal e também o fez, hoje, no Senado Federal.

E eu acho que aquela Comissão de acompanhamento que foi votada e que não está ainda instituída, até onde eu sei, ela precisa tomar uma decisão. Se foi constituída, e vai ser, ela tem que trabalhar! E a primeira coisa, a primeira atitude, é conversar com esse colega, se assim for necessário, para que nós tenhamos clareza de que aqui dentro do próprio Corpo Legislativo do Estado de Mato Grosso há denúncias contra o Tribunal de Justiça. Calados, nós não podemos ficar! Atribuir a um deslize da Polícia Federal, como o Desembargador Wandir, aqui dentro da Assembléia, tentou induzir... Não vai ser possível elidir! Não vai ser possível apagar e muito menos negar as declarações do Deputado Elarmin Miranda, salvo quando todas as provas forem colocadas sobre a mesa. E aí nós vamos ver de que lado estão os acusantes e os acusados. E eu espero que a Justiça nos dê a tranqüilidade de apurar e, eventualmente, submeter a outras instâncias judiciais aqueles que tenham responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Antes, porém, para comunicar ao Deputado Gilney Viana que o Deputado Elarmin Miranda, com certeza nós temos essa preocupação também, já se encontra sob proteção da Polícia Federal - ele e as pessoas que o acompanharam a Brasília.

Indicação de autoria...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, existe uma série de Indicações sobre a mesa e, até onde eu percebi, são indicações particularmente ao Executivo, quanto a alguma atitude que lhe é constitucionalmente devida. Sendo assim, solicito a V. Ex^a que proceda à votação em globo, como se diz lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Em discussão, englobadamente, todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, solicitando informações com relação às razões que levaram à dissolução da 3ª Companhia de Polícia Militar do Bairro Cristo Rei.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Moção de Louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao radialista Alberto Costa, em reconhecimento a serviços prestados ao Estado de Mato Grosso.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova convênios de ICMS n°s 106 a 136/98, Convênio n° 02/98, Protocolo ICMS n° 41/98 e Ajuste SINIEF n°s 09 a 11/98.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 26, inciso XXVII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1° Aprovar os convênios de ICMS n°s 106 a 136/98, Convênio n° **02/98**, Protocolo ICMS n° 41/98, bem como Ajuste SINIEF n°s 09 a 11/98.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 169/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que cria o selo que objetiva incentivo à Produção Industrial do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 151/99, de autoria das Lideranças Partidárias, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para carros movidos a álcool. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 172/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe sobre pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços por parte dos órgãos que compõem o Governo e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei Complementar n° 11/99, de autoria do Deputado Carlos Brito, que altera a Lei Complementar n° 28, de 30.11.93. Com Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 157/99, de autoria do Deputado Moacir Pires, que torna obrigatória a expedição de sumário de alta pelos hospitais, clínicas, prontos-socorros, laboratórios e similares, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 158/99, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que institui o Programa de Qualidade dos Produtos Agrícolas, Pecuários e Agro-industriais do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 184/99, de autoria do Deputado Riva, que institui o Programa Primeiro Emprego - PPE, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 09/99, Mensagem nº 29/99, de autoria do Poder Executivo, que acrescenta item e subitem ao Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite e Everaldo Simões; da Bancada do Partido Popular Socialista - Humberto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1999,
ÀS 20:00 HORAS.

Bosaipo, Jair Mariano e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Milton Rodrigues; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia - Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Benedito Pinto, Rene Barbour, André Bringsken e Nilson Leitão, do PSDB; Moacir Pires, do PFL; Elarmin Miranda, do PMDB; Amador Tut (PL) e Hermínio J. Barreto (PL), do Bloco Parlamentar Autonomia.

Antes de encerrar a presente Sessão, informo a próxima para amanhã, às 08:00 horas, no horário regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Nilzalina Couto Marques.